

Uma grande causa



Toda ação humana deixa no planeta suas pegadas, mas elas podem, e devem, ser as menos destrutivas possíveis. Foi com essa consciência que nasceu, neste semestre, o novo Plano de Logística Sustentável (PLS) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Ambiciosa proposta de sustentabilidade, o plano pretende dotar o Tribunal mineiro de práticas que visem a contribuir para minimizar os impactos socioambientais das atividades do Judiciário em Minas. Além de disseminar o conceito de sustentabilidade em toda a cadeia produtiva da instituição, o PLS pretende sensibilizar o público interno para pequenas atitudes que podem contribuir para essa grande causa.

Movimento pela sustentabilidade

Boa parte da humanidade se relaciona com o planeta como se os recursos naturais fossem inesgotáveis e as ações humanas gerassem impactos ambientais sem grandes consequências para as gerações futuras. Essa postura, no entanto, vem sendo combatida mais e mais, em todo o mundo. Os conhecimentos de que dispomos na atualidade indicam que ou mudamos nossa forma de agir no mundo, tornando nossas ações mais sustentáveis, ou inviabilizaremos a vida humana na Terra.

Órgãos públicos, iniciativa privada, organizações não governamentais, governos e cidadãos, individualmente, têm sido chamados a integrar o movimento pela sustentabilidade. Consciente de seu papel nesse processo e a fim de aglutinar, aperfeiçoar e ampliar as ações que já empreende em prol dessa grande causa, o TJMG lançou, em 15 de fevereiro último, o seu Plano de Logística Sustentável (PLS). O programa é tema da matéria de capa desta edição.

Neste mês de abril, no dia 25, serão realizadas as eleições para a escolha dos membros da direção do TJMG para o biênio 2016-2018: presidente, 1º, 2º e 3º vice-presidentes, corregedor-geral de justiça e vice-cor-

regedor. Outra matéria desta edição traz um breve histórico da trajetória dos candidatos à Presidência da Casa.

O desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho, ouvidor do TJMG, é o entrevistado deste mês. O desafio de assumir a Ouvidoria do Tribunal mineiro, o papel que o órgão pode desempenhar na estrutura do Judiciário e a crescente procura dos cidadãos pelo setor são alguns dos pontos abordados na conversa.

Este número traz ainda matéria sobre iniciativa da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Ribeirão das Neves que busca auxiliar jovens infratores. Por meio de um projeto conduzido pela juíza titular da vara, Lívia Borba, estão sendo realizadas intervenções em seis escolas públicas da região, escolhidas pelo baixo índice de desenvolvimento educacional e constante situação de violência.

Na página 8, leia resenha do filme *O Julgamento em Nuremberg*, de Stanley Kramer, que será exibido em abril no Cineclube TJ. A sessão acontece no dia 28, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (Rua Goiás, 253). Na mesma página, confira a coluna Clique do Leitor.

PJe Expansão 2016

Com a adoção do PJe-CNJ 1ª Instância nas comarcas de Uberlândia e Governador Valadares, no último dia 28 de março, encerrou-se a primeira etapa de implantação do processo eletrônico no Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). No primeiro semestre de 2016, as ações do Núcleo Técnico do PJe (NTPJe) e da Corregedoria-Geral de Justiça passam a ser direcionadas para a consolidação do sistema.

Novas funcionalidades devem ser incorporadas ao PJe, tornando-o mais adaptado à rotina de trabalho da Justiça comum, já que as versões iniciais apresentadas aos tribunais estaduais pelo CNJ foram desenvolvidas para os tribunais federais. Haverá ainda a padronização de fluxos de trabalho nas secretarias, tendo em vista a necessidade de dar andamento de forma equilibrada a processos físicos e eletrônicos.

O trabalho realizado pelo NTPJe é reconhecido por outros tribunais brasileiros. Um exemplo é a solicitação do Tribunal de Justiça do Piauí (TJPI) para capacitar seus servidores a utilizar o processo eletrônico. O secretário de tecnologia do TJPI, Agnaldo Abreu Almeida, comenta que escolheu o Tribunal mineiro por sua reconhecida pedagogia de capacitação.

Tribunal de Justiça de Minas Gerais

Presidente:

Desembargador Pedro Bitencourt Marcondes

1º Vice-Presidente:

Desembargador Fernando Caldeira Brant

2º Vice-Presidente:

Desembargador Kildare Carvalho

3º Vice-Presidente:

Desembargador Wander Marotta

Corregedor-Geral:

Desembargador Antônio Sérvulo

Ouvidor

Desembargador Moacyr Lobato

Expediente

Assessora de Comunicação

Institucional:

Letícia Lima

Gerente de Imprensa:

Daniela Lima

Coordenador de Imprensa:

Raul Machado

Editores:

Daniele Hostalácio e Lucas Loyola

Revisor:

Patrícia Limongi

Design Gráfico:

Narla Prudêncio

Fotolito e Impressão:

Globalprint Editora Gráfica Ltda

Ascom TJMG:

Rua Goiás, 253 – Térreo – Centro,

Belo Horizonte/MG

CEP 30190-030

Tel.: (31) 3237-6551

Fax: (31) 3226-2715

E-mail: imprensa@tjmg.jus.br

Ascom TJMG/Unidade Raja Gabaglia:

(31) 3299-4622

Ascom Fórum BH:

(31) 3330-2123

Tiragem:

3 mil exemplares

Portal TJMG:

www.tjmg.jus.br

Eleições movimentam o Judiciário mineiro

Manuela Ribeiro

Apesar de só o Tribunal Pleno ter poder de voto nas eleições para a Presidência, as Vice-Presidências e a Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a mudança da administração afeta a todos, pois imprime modos de agir e objetivos próprios a cada gestão. Por isso, é com interesse que servidores e magistrados acompanham as campanhas e os perfis de cada candidato.

No próximo dia 25, serão eleitos os membros da direção do Tribunal mineiro, biênio de 2016-2018, para os cargos de presidente, 1º vice-presidente, 2º vice-presidente, 3º vice-presidente, corregedor-geral de justiça e vice-corregedor. A posse dos magistrados, a serem escolhidos por seus pares, será

em julho. Os candidatos à Presidência são três: os desembargadores Antônio Sérvulo dos Santos, Herbert Carneiro e Kildare Carvalho.

Para os demais cargos, os candidatos são os seguintes: Geraldo Augusto e Marcos Lincoln (1º vice-presidente); Albergaria Costa, Caetano Levi Lopes, Corrêa Camargo e Wagner Wilson (2º vice-presidente); Heloisa Combat e Versiani Penna (3º vice-presidente); Antônio Carlos Cruvinel, Leite Praça, Marcelo Rodrigues e Marcílio Eustáquio Santos (corregedor-geral); e Cabral da Silva, Cássio Salomé e Mariângela Meyer (vice-corregedor-geral de justiça).

Conheça um pouco das trajetórias dos candidatos à Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais.

Antônio Sérvulo dos Santos

Atualmente corregedor-geral de justiça de Minas Gerais, pelo biênio 2014-2016, Antônio Sérvulo dos Santos, 66 anos, em sua carreira na magistratura, passou pelas comarcas de Paraguaçu, Monte Santo de Minas, Poços de Caldas e Belo Horizonte. Na capital, além de juiz auxiliar da Corregedoria, foi titular da 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias, titular da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais (Jesps) e membro da Comissão Estadual Judiciária de Adoção. No Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG), atuou como juiz eleitoral, titular da Corte Superior Eleitoral, juiz auxiliar da Corregedoria Regional Eleitoral de Minas Gerais e membro da Comissão de Propaganda Eleitoral.

Integrou o Tribunal de Alçada de Minas Gerais (TAMG). No TJMG, ingressou em 2005. Formou-se no Curso de Estudos Superiores de Planejamento Estratégico e Segurança Pública da Polícia e fez pós-graduação em direito público e direito civil na PUC-MG. Foi, ainda, professor orientador da Ejef. Paulista de São João da Boa Vista, foi, ainda, funcionário da Prefeitura de Poços de Caldas (1971-1974) e atuou como advogado de 1975 a 1984.

Herbert Carneiro

Herbert Carneiro, 56 anos, presidiu a Associação dos Magistrados Mineiros de 2013 a 2015. É mestre em direito empresarial pela FDMC e especialista em direito de empresa pela Fundação Dom Cabral. Foi professor de Execução Penal no Curso de Pós-Graduação da FDMC e coordenou o Módulo de Direito Penal e Processual Penal da Ejef no Curso de Formação Inicial de Magistrados, orientando também os novos juizes. Proferiu palestras e tem várias publicações jurídicas.

Em 1989, foi nomeado assessor judiciário da Presidência do TJMG, onde atuou até 1992, quando entrou na magistratura. Passou pelas comarcas de Almenara, Caratinga e Belo Horizonte. Na capital, foi juiz diretor dos Jesps Criminal e Cível, titular da Vara de Execuções Criminais e membro da Turma Recursal Criminal. Foi promovido a desembargador em 2009. No Ministério da Justiça, foi presidente do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, vice-presidente da Comissão Nacional de Penas e Medidas Alternativas do Ministério da Justiça e membro efetivo da Comissão Nacional de Apoio e Acompanhamento às Penas e Medidas Alternativas.

Kildare Gonçalves Carvalho

Kildare Gonçalves Carvalho, 66 anos, foi superintendente da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (Ejef) no biênio 2014-2016. Antes de ingressar como juiz no extinto Tribunal de Alçada de Minas Gerais (TAMG) e posteriormente se tornar desembargador do TJMG, em 2000, foi diretor do departamento de assistência judiciária da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC), secretário de Estado, por três vezes, procurador-geral do Estado e consultor-chefe da Assessoria Técnico-Consultiva do Estado de Minas Gerais.

No Tribunal Regional Eleitoral (TRE-MG), exerceu os cargos de vice-presidente, corregedor e presidente. Atuou, ainda, como professor de direito constitucional na FDMC e na PUC-MG e de direito constitucional positivo em curso de pós-graduação no Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. O desembargador é membro do Instituto Brasileiro de Direito Constitucional e da Academia Mineira de Letras Jurídicas. Além de diversos artigos jurídicos, o desembargador é também autor dos livros *Direito Constitucional Didático* e *Técnica Legislativa*, ambos publicados pela Editora Del Rey.

Fotos: Renata Caldeira





TJMG lança novo plano de logística sustentável

Soraia Costa

Ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso. Atividades que atendem a esses quesitos são consideradas sustentáveis. Parece simples, mas a prática da sustentabilidade é bastante complexa e somente acontece quando cada um faz a sua parte. Consciente da necessidade de adequar a demanda econômico-institucional à socioambiental, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) lançou, em 15 de fevereiro, sua nova proposta de sustentabilidade: o Plano de Logística Sustentável (PLS).

Consumo racional, gestão de resíduos, destinação correta dos materiais de consumo descartados, licitações sustentáveis, reforma e construção de prédios de acordo com normas de sustentabilidade e qualidade de vida no ambiente de trabalho são alguns exemplos da proposta do PLS para uma gestão institucional conectada com as novas demandas socioambientais.

“O Tribunal passa a adotar um modelo de gestão para incrementar as compras de materiais e a contratação de serviços sustentáveis, fomentar o descarte adequado de resíduos e bens de consumo, de modo a contribuir para o meio ambiente. O PLS inclui sensibilizar e mobilizar magistrados, servidores, estagiários e terceirizados para um consumo racional e, por fim, reconhecer as boas práticas que contribuem para a sustentabilidade”, afirma a presi-

dente do Núcleo Socioambiental, desembargadora Mônica Libânio.

Núcleo Socioambiental

Desde 2007, o TJMG desenvolve ações de conscientização para economia de água, energia, telefone, correios e para a reciclagem de papel. No ano passado, seguindo a Resolução 201/2015, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que recomendou a criação de planos de logística sustentável nos órgãos do Poder Judiciário, o TJMG criou o Núcleo Socioambiental, editado pela Portaria Conjunta 476/2015.

Os integrantes do Núcleo Socioambiental do TJMG, formado por diretores, assessores e servidores de diversas áreas da instituição, têm se reunido frequentemente para discutir as estratégias de sustentabilidade que serão adotadas para atender a resolução do CNJ e contribuir para um ambiente sustentável.

Uma das exigências do CNJ é que o Tribunal forneça dados relativos ao consumo e à reciclagem de materiais, impressão de documentos e número de impressoras, consumo de energia elétrica, água, telefonia, vigilância, limpeza, combustível, veículos, correios, aluguéis, além de qualidade de vida no ambiente de trabalho, capacitação dos funcionários e da força de trabalho em educação socioambiental e em qualidade de vida. No que se refere ao consumo de

água, a meta do TJMG é uma redução de pelo menos 2% em 2016.

Grupos executivos

Foram criados quatro grupos executivos, compostos pelos servidores titulares dos setores envolvidos e pelos servidores indicados pelos titulares. As diretorias que compõem o Grupo Executivo de Compras e Contratações Sustentáveis são a Diretoria Executiva de Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep), a Secretaria Executiva de Planejamento e Qualidade na Gestão Institucional (Seplag) e o Gabinete Militar.

O Grupo Executivo de Racionalização do Consumo de Recursos Naturais está sob a responsabilidade da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (Dengep), da Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental (Dirged), da Diretoria Executiva de Gestão de Bens, Serviços e Patrimônio (Dirsep), da Diretoria Executiva de Gestão de Recursos Humanos (Dearhu), da Seplag e do Gabinete Militar.

Já o Grupo Executivo de Racionalização do Consumo de Recursos Administrativos é composto pela Diretoria Executiva de Informática (Dirfor), Dengep, Dirsep, Dirged e Seplag. E o Grupo Executivo de Qualidade de Vida no Ambiente de Trabalho, Comunicação e Capacitação para Sustentabilidade será

dirigido pela Dearhu, Assessoria de Comunicação Institucional (Ascom), Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas (Dirdep) e Seplag.

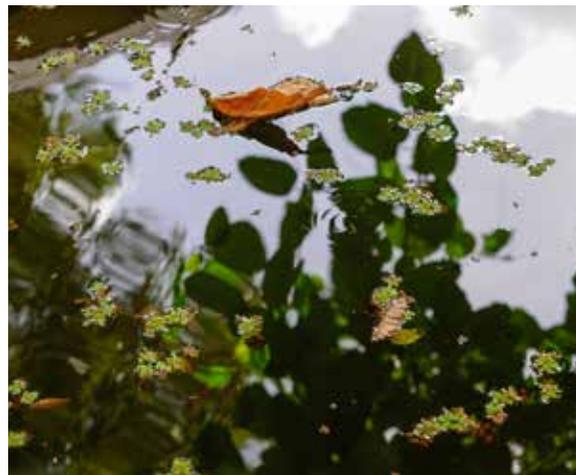
Comissões de Apoio

Todas as comarcas de Minas devem atuar nas ações e difundir a cultura da sustentabilidade por meio das Comissões de Apoio à Logística Sustentável (Calsus). Cada comarca deverá contar com uma comissão, que será formada por servidores voluntários ou indicados pelo juiz diretor do foro e dará suporte às ações do PLS.

Os servidores interessados em integrar as Calsus podem se inscrever pelo formulário eletrônico de cadastro*, disponível no site do TJMG. A adesão a essa iniciativa contribuirá para que o Tribunal de Minas seja modelo em sustentabilidade. O slogan que sustenta a campanha pode sustentar a vida no planeta: "Pequenas atitudes, uma grande causa".

*Endereço para o cadastro:

<http://www.tjmg.jus.br/redetjmg/programas-e-projetos/sustentabilidade/comissoes-de-apoio-calsus/cadastro.htm>



Fotos: Sorata Costa



TJMG e a Hora do Planeta

O Tribunal aderiu à campanha mundial Hora do Planeta, lançada pela instituição internacional World Wide Fund for Nature (WWF), em português, Fundo Mundial para a Natureza. A ação foi criada em 2007 na Austrália, quando ocorreu somente em Sidney. Em 2009, o Brasil aderiu à campanha e a cada ano envolve um número maior de pessoas, cidades e instituições no País.

A proposta é chamar a atenção para o aquecimento global e as mudanças climáticas, apagando as luzes por uma hora, em um dos sábados do mês de março, mês em que se comemora nos dias 21 e 22 o Dia da Floresta e o Dia da Água, respectivamente.

Na Hora do Planeta de 2016, que foi realizada no dia 19 de março, de 20h30 a 21h30, o TJMG apagou as luzes do Palácio da Justiça, em Belo Horizonte, e recebeu vídeos dos servidores que registraram o apagamento das luzes de monumentos da sua cidade.

Como os colaboradores do TJMG podem contribuir?

- utilizando envelopes de circulação interna;
- imprimindo no modo frente e verso;
- utilizando xícaras e copos não descartáveis;
- mantendo apagadas as luzes que não precisam estar acesas;
- desligando o computador ao sair da sala;
- fechando bem a torneira após utilizá-la;
- descartando pilha, bateria e lixo eletrônico em coletores apropriados;
- separando o lixo para a coleta seletiva.

Curiosidades sustentáveis:

- A cada tonelada de papel que se recicla, em média, 22 árvores deixam de ser cortadas, economizam-se 71% de energia elétrica e polui-se o ar 74% menos.
- Para fabricar uma tonelada de papel reciclado, é preciso 1,2 tonelada de papel velho, 2 mil litros de água e 2,5 megawatts por hora de energia; enquanto para uma tonelada de papel não reciclado é preciso consumir de 10 a 20 árvores, 10 mil litros de água e 5 megawatts por hora de energia.
- O vidro é 100% reaproveitado e pode ser reciclado indefinidamente, o que acarreta uma economia de 30% de energia em comparação com o consumo da produção do vidro não reciclado. O material, se descartado na natureza, leva milhares de anos para se decompor.
- Para cada tonelada de vidro reciclado, poupa-se mais de uma tonelada de recursos naturais (603kg de areia, 196kg de carbonato de cálcio, 196kg de calcário e 68kg de feldspato).

Não desperdice

- A natureza leva de 200 a 450 anos para decompor os materiais plásticos e de 100 a 500 anos para as pilhas e as latas de alumínio.
- A vazão de uma gota de água por segundo consome 3 mil litros de água por ano.

Aproximando o Judiciário mineiro do cidadão

Cláudia Lima

“Há quatro características que um juiz deve possuir: escutar com cortesia, responder sabiamente, ponderar com prudência e decidir imparcialmente.” A frase do filósofo grego Sócrates (400 a.C.) ilustra bem a rotina do desembargador Moacyr Lobato de Campos Filho, ouvidor do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). O magistrado ingressou na carreira pública como procurador do Estado de Minas Gerais, em 1983, e tomou posse como desembargador em 2012. Antes de se tornar magistrado, atuou como advogado nas áreas de responsabilidade civil, contratos, empresas, falências e concordatas e consultoria empresarial e societária, tendo sido ainda professor de direito, atividade que ainda exerce. Em 31 de julho de 2015, o desembargador tomou posse como ouvidor do TJMG.



Renata Calderira

O desembargador Moacyr Lobato, ouvidor do TJMG: “Vivemos outra realidade, e ela impõe uma aproximação maior entre o Judiciário e o cidadão”

TJMG Informativo – O que motivou o senhor a assumir o desafio de se tornar ouvidor da Casa?

O que me traz à condição de ouvidor do TJMG é uma firme convicção de que a Ouvidoria pode e deve, de fato, desempenhar um papel altamente relevante na estrutura do Poder Judiciário. A Ouvidoria tem por missão institucional servir como um canal de interlocução entre o Poder Judiciário, no caso da Ouvidoria judicial, e os cidadãos. Essa é uma aproximação indispensável. Esse é o motivo mais forte. Não estamos mais em uma época de juizes inalcançáveis; hoje vivemos outra realidade, e ela impõe essa aproximação maior, o que não significa o Judiciário renunciar a quaisquer de suas prerrogativas, mas estabelecer de fato essa aproximação.

O que precisa acontecer para que a Ouvidoria possa cumprir efetivamente esse papel?

Resultados, que já estão acontecendo. Os resultados revelam que, de forma crescente, o cidadão busca, procura e serve-se da Ouvidoria na expectativa de que ela possa, de algum modo, contribuir, se não para solucionar um problema, para encaminhar uma solu-

ção. Ajudar a encaminhar soluções é o grande mote da Ouvidoria. À medida que o cidadão confia e procura a Ouvidoria, mais forte é o sinal de que ela tem cumprido a contento a sua missão.



O que me traz à condição de ouvidor é uma firme convicção de que a Ouvidoria pode e deve, de fato, desempenhar um papel altamente relevante na estrutura do Poder Judiciário



Quais são os principais desafios a serem enfrentados no cumprimento dessa missão?

Os desafios são constantes. O que me interessa muito na Ouvidoria é expandir seus horizontes, para que ela possa estar inserida em um contexto mais amplo de aproximação entre o Judiciário e a sociedade. Não se trata apenas de atender as questões processuais, referentes

à morosidade eventual de um processo, por exemplo, ou o elogio ao comportamento adequado e elogioso por parte de um magistrado, como recebemos também aqui. Acho que a Ouvidoria tem um campo maior de atuação, e esse é um dos nossos desafios. A Ouvidoria estará à disposição do cidadão e da sociedade para fazer esse papel de interlocução; ela pode apontar caminhos e apontar melhorias para o Judiciário, a partir das demandas que surgem.

tar caminhos e apontar melhorias para o Judiciário, a partir das demandas que surgem.

Desde que o senhor assumiu a Ouvidoria, tem percebido um aumento da procura do cidadão por esse canal?

Sim, nós elaboramos relatórios a cada 60 dias, com levantamento de tudo que foi objeto de demanda na Ouvidoria, e é perceptível a curva ascendente de procura. Tomei posse em 31 de julho de 2015; de agosto do ano passado até meados de março deste ano, é nítida a curva acentuadamente ascendente no que diz respeito à procura da Ouvidoria pelo cidadão.

O que o senhor leva de aprendizados e descobertas desse período na Ouvidoria?

Há um aspecto interno e outro externo, entre tantos outros. O externo é essa aproximação com o cidadão, a compreensão de suas aflições, do que isso significa e de como impacta a vida de cada um. E há o aspecto interno, e aí devo fazer um registro, por justiça: a pessoas que trabalham na Ouvidoria não medem sacrifícios e têm um forte ideal. Ninguém permanece trabalhando na Ouvidoria se não tiver um desejo muito forte de servir. Isso é nítido e me alegra imensamente. Por isso estou na Ouvidoria presencialmente, sempre, para testemunhar diariamente a abnegação de todos os servidores que atuam ali.

Intervenção precoce *Iniciativa em Ribeirão das Neves busca auxiliar jovens infratores*

Lígia Tolentino

De acordo com um diagnóstico apresentado pelo Ministério da Justiça em 2015*, Ribeirão das Neves está entre os municípios mineiros com maior índice de vulnerabilidade juvenil. O indicador, calculado a partir da combinação de dados como taxa de frequência à escola, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por causas violentas e rendimento familiar, resultou em um valor de 0,416 para Ribeirão das Neves, contra 0,28 na média do Estado.

Com o objetivo de modificar esse cenário, a juíza Lívia Borba, à frente da 2ª Vara Criminal e da Infância e da Juventude da comarca, conduz um projeto de intervenção em seis escolas públicas, escolhidas pelo baixo índice de desenvolvimento educacional e constante situação de violência. “Nosso objetivo é uma intervenção precoce. É fazer com que esse menino, que está começando a praticar atos infracionais, não siga esse caminho”, afirmou a magistrada.

A iniciativa é realizada com o apoio da Defensoria Pública, do Ministério Público, da Polícia Militar, da Guarda Municipal e inclui ações de segu-

rança pública, mediação e fortalecimento do vínculo entre pais e escola.

Nas instituições selecionadas, quando ocorre um ato infracional leve, ao invés da condução dos envolvidos à delegacia para o registro do boletim de ocorrência, é realizada uma notificação de ato infracional, redigida por representantes da escola. O documento é encaminhado diretamente ao Ministério Público. Dez dias depois, é marcada uma audiência integrada (veja abaixo), com a presença dos pais.

A diretora da Escola Municipal Maria da Cruz Resende, Ivete Aguiar Mendes, diz sentir que o ambiente escolar melhorou com a iniciativa: “A escola enfrentava grande dificuldade, com alunos envolvidos com tráfico, violência, quase nenhum comprometimento

com o aprendizado. Quando a discussão começou, senti grande alívio. Ainda é preciso melhorar, mas mesmo que tenhamos que preencher registros de infração todos os dias, o que importa é estamos colocando a escola em ordem”, afirmou a diretora.

”

Queremos que o jovem saiba que o ato infracional não fica sem resposta. Há uma estrutura de atendimento, mas também há consequências para os atos praticados

“

De acordo com a juíza Lívia Borba, o objetivo é que as ações sejam implantadas em outras escolas. “Nosso interesse é oferecer uma resposta rápida para as escolas, porque, no dia a dia, professores e diretores estão muitas vezes sozinhos, enfrentando situações difíceis. E mesmo para o jovem: queremos que ele saiba que o ato infracional não fica sem resposta. Há

uma estrutura de atendimento, mas também há consequências para os atos praticados”, destacou a magistrada.

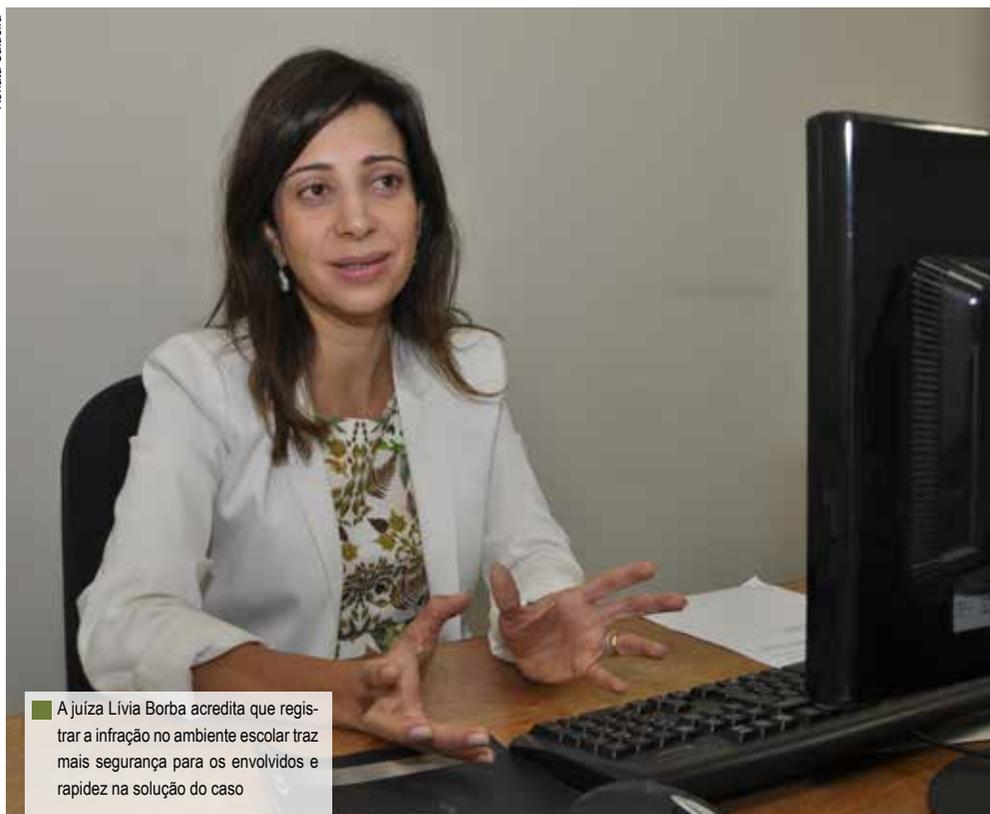
Audiência integrada

A implantação do procedimento simplificado de apuração de atos infracionais é um desdobramento de outro projeto realizado na comarca desde 2014, a audiência integrada. Diferentemente do procedimento comum, a audiência integrada é realizada com a participação dos jovens (reunidos em grupos de aproximadamente 15 menores), seus pais, assistentes sociais e psicólogos. O objetivo é proporcionar, além da advertência, uma integração com a rede de assistência social do município.

Desde o início do projeto, 319 adolescentes passaram pelo novo modelo de audiência, permitido apenas para os atos infracionais considerados leves. Em casos de infrações mais graves, o procedimento comum – condução à delegacia e audiência individual – é mantido.

* Fonte: Diagnósticos de Homicídio no Brasil. Sinesp: Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública. Ministério da Justiça, 2015.

Renata Caldeira



A juíza Lívia Borba acredita que registrar a infração no ambiente escolar traz mais segurança para os envolvidos e rapidez na solução do caso

O filme *O Julgamento em Nuremberg*, dirigido por Stanley Kramer, será exibido em abril no Cineclubes TJ, projeto que une a exibição e o debate de obras clássicas do cinema. A sessão acontece no dia 28, às 19h, no auditório do anexo 2 da Unidade Goiás (rua Goiás, 253). Confira, abaixo, resenha do filme.

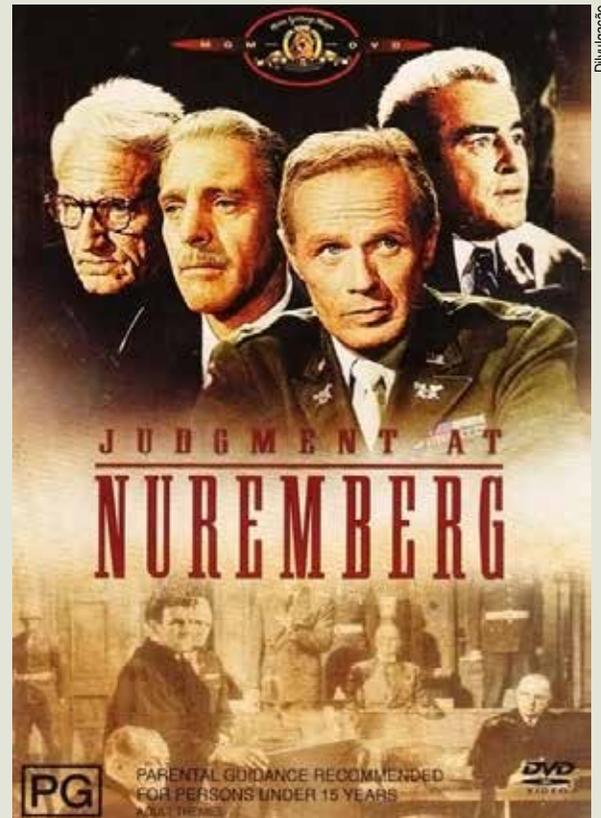
O Julgamento em Nuremberg

**Desembargador Versiani Penna*

O filme, produzido e dirigido por Stanley Kramer, em 1961, com um elenco de atores do mais alto nível e, possivelmente, o maior reunido até então pelo cinema americano, inspirado em acontecimentos reais e adaptado pelo escritor e roteirista Abby Mann, retrata o julgamento de magistrados e juristas nazistas, após passados mais de três anos do famoso julgamento dos principais líderes nazistas na mesma cidade alemã de Nuremberg, na Bavária.

Dan Haywood (Spencer Tracy), magistrado americano aposentado, recebe a difícil incumbência de presidir o julgamento desses juízes alemães, que, no exercício de suas funções, teriam praticado atos para legalizar atrocidades nazistas durante a 2ª Guerra Mundial. À medida que surgem no tribunal as provas de barbáries, a pressão política é enorme, pois a Guerra Fria está chegando e ninguém quer mais julgamentos como os da Alemanha. Ademais, os governos aliados querem esquecer o passado.

São três horas de interpretações primorosas e texto impecável, que nos conduzem a profundas reflexões, especialmente sobre o exercício do poder, o cumprimento do dever, o comportamento humano e como aquelas atrocidades do regime ocorreram, foram permitidas e até legitimadas.



O filme se inspira em acontecimentos reais e provoca profundas reflexões

CLIQUE DO LEITOR



Quem busca aconchego, descanso, diversão e informação, encontrará tudo isso em um só lugar, o Instituto Inhotim. Esse complexo museológico localizado em Brumadinho, Região Metropolitana de Belo Horizonte, reúne arte, arquitetura, fotografia e natureza. Possui galerias e exposições magníficas de arte contemporânea, proporcionando um passeio prazeroso e experiências diversas. A imagem ao lado mostra a Galeria True Rouge, que atualmente apresenta uma exposição de Tunga.

Nayara Barbosa, secretária do programa Novos Rumos

Caso queira participar da coluna Clique do Leitor, envie uma foto de sua autoria, acompanhada de um texto de até dez linhas sobre a imagem, para imprensa@tjmg.jus.br. Preencha o assunto com "Clique do Leitor". As melhores fotos serão publicadas neste espaço.